
Entre a subjetivação e a sujeição: um olhar sobre experiências de deslocamento de migrantes venezuelanas em Pernambuco¹

Júlia Afonso Lyra²
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O presente artigo analisa a complexidade das migrações contemporâneas, tendo como objeto as experiências diaspóricas de mães venezuelanas que migraram para o Brasil em decorrência da crise política e econômica atravessada pelo país vizinho. Aqui, o enfoque recai sobre a existência simultânea de práticas subjetivas autônomas e de dinâmicas de controle e exploração no deslocamento até o estado de Pernambuco, observada a partir dos relatos fornecidos pelas migrantes sobre as suas motivações pessoais, trajetórias e processos de adaptação. Concluímos que, apesar de terem migrado compulsoriamente, elas se enxergam e narram enquanto protagonistas de suas vidas. São movidas pelo desejo de reconstruir o presente e transformar o futuro de suas famílias, ainda que se deparem com condições bastante precárias para realização de tais planos, as quais são atravessadas pelas intersecções de gênero, raça e nacionalidade.

Palavras-chave: cidadania; precariedade; processos de subjetivação; feminização das migrações.

Introdução

Se por um lado as migrações fazem parte da história desde os primórdios, constituindo-se enquanto prática e, mais recentemente, direito intrínseco à condição humana, por outro, tais movimentos nunca se mostraram tão corriqueiros quanto nas últimas décadas. Conforme explicita Blanco (2006), as migrações vêm crescendo devido a fatores como as desigualdades econômicas entre regiões, as transformações dos meios de comunicação e de transporte e os conflitos de ordem mundial que levam um número cada vez maior de sujeitos aos deslocamentos. Não por acaso, as abordagens utilizadas nos estudos migratórios têm sido questionadas e reformuladas por uma série de processos e transformações relativas às políticas de controle e gestão das migrações, bem como às dinâmicas e particularidades que caracterizam os fluxos.

Em meio a esse cenário de intensificação e complexificação, a presença feminina nos movimentos migratórios adquiriu um novo estatuto na academia e na atuação de organismos internacionais. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2019

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPE), e-mail: julia.lyra@ufpe.br.

apontam que, dentre os 272 milhões de migrantes internacionais registrados naquele ano, 48% eram mulheres, número que se mantém estável desde a virada do milênio. Fala-se num processo de “feminização” das migrações, que, de acordo com Roberto Marinucci (2017), pode se referir a pelo menos três fenômenos distintos: o aumento do número de mulheres migrantes, a maior visibilidade alcançada pela migração feminina e a mudança de perfil das mulheres que migram.

Tradicionalmente, os estudos migratórios falharam em incluir e analisar a experiência feminina nos fluxos. Aliás, o caráter subjetivo, relativo às vivências dos migrantes, foi por muito tempo desconsiderado devido à influência do modelo neoclássico na área, que partia “da concepção do indivíduo como *homo economicus*, um sujeito racional capaz de ponderar custos e ganhos, decidindo emigrar depois dessa ponderação” (NOLASCO, 2016, p.19). No entanto, com a contribuição dos estudos culturais e feministas a partir da metade do século XX, por meio de suas questões acerca da identidade, da condição de neutralidade, do universalismo e da objetividade científicos, tais estudos passaram a incorporar as demarcações de gênero, raça, classe social, etc., com maior frequência em suas análises.

Ao nos debruçarmos sobre a mobilidade humana, precisamos levar em conta a pluralidade das experiências migratórias, viabilizando a observação de suas causas ditas “objetivas”, das conjunturas materiais e coerções que nelas agem, mas também das práticas, comportamentos, escolhas e expectativas dos próprios migrantes. Em outras palavras, é necessário refletir acerca dos aspectos subjetivos e identitários nas migrações, entendidas aqui enquanto movimentos sociais onde “novos dispositivos de dominação e exploração são forjados, ao lado de novas práticas de liberdade e igualdade” (MEZZADRA, 2012, p.73).

Dessa forma, o presente artigo pretende explorar a ambivalência das experiências de deslocamento de migrantes venezuelanas que hoje vivem no Brasil, acessadas por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas em uma pesquisa prévia realizada pela autora no período de 2019 a 2020. Na revisão teórica, será realizada uma discussão sobre a intrincada produção de identidades e subjetividades no contexto da globalização, situada na interseção do campo dos estudos culturais da comunicação e dos estudos migratórios contemporâneos. Abordaremos, ainda, a questão da feminização das migrações, seus conceitos e possibilidades de interpretação para, em seguida, fazer uma análise qualitativa dos relatos colhidos à luz destas discussões.

Metodologia

O presente trabalho dá continuidade a uma investigação anterior realizada pela autora no período de 2019 a 2020 no estado de Pernambuco. De caráter exploratório, o estudo se debruçou sobre as experiências de mães venezuelanas residentes no estado com o intuito de entender as suas motivações pessoais, materiais e subjetivas, além das trajetórias e dos efeitos do deslocamento em suas relações afetivas, estado emocional e planejamento futuro. A escolha do objeto se deu devido a percepção de algumas peculiaridades vivenciadas pelo grupo, dentre elas, a escassez de oportunidades de trabalho formal e a sobrecarga com os afazeres domésticos e de cuidado familiar.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi o fato da experiência de deslocamento das mulheres venezuelanas diferir da masculina não só em termos de adaptação (depois da migração) no novo país, mas também com relação às motivações (antes) e a própria travessia (durante). Nesse sentido, uma das questões principais era a maternidade, que aparecia enquanto elemento decisivo para o ato de migrar de muitas venezuelanas, movidas pelo desejo de propiciar uma vida melhor para os seus dependentes - enquanto chefes de família ou não - e também pelo quadro de insegurança alimentar e crise no sistema de saúde que acabou levando a uma “fuga de grávidas”.

A partir da aproximação feita em direção às três instituições pernambucanas que participaram da estratégia de interiorização da Operação Acolhida³, localizadas no Recife, em Igarassu (Região Metropolitana do Recife (RMR)) e Carpina (Zona da Mata), foram estabelecidos os primeiros contatos com as migrantes. Como o nosso objetivo era qualitativo, buscamos selecionar interlocutoras de diferentes perfis, abrangendo, inclusive, uma diversidade no que diz respeito ao tempo de chegada e às cidades de residência. Isso possibilitou o acesso a pontos de vista variados, compondo uma amostra capaz de evidenciar afastamentos, semelhanças e reincidências nos relatos.

Planejamos realizar o acompanhamento das migrantes por meio da combinação de métodos como a observação participante, gerando um diário de campo, e de entrevistas em profundidade gravadas *in loco*, mediante as indicações fornecidas pelas

³ Apenas os migrantes e refugiados venezuelanos regularizados, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado podem participar da interiorização. Existem diferentes modalidades, que incluem: saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino; reunificação familiar; reunião social; e com vaga de trabalho sinalizada.

instituições acolhedoras e pelas próprias venezuelanas. Porém, a partir da chegada da pandemia do novo coronavírus, tornou-se impossível dar continuidade ao trabalho presencial, de forma que parte da coleta de dados teve de ser realizada virtualmente, através de videochamadas, ligações telefônicas e contato via redes sociais.

Concordamos com Gil (2008) no que diz respeito à adequação da entrevista para obter informações acerca das crenças, expectativas e ações pessoais, bem como das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 1990, p.109). Assim, o formato que adotamos foi o semiestruturado, pautado num modelo que explorava tópicos como: a situação anterior ao projeto migratório; a tomada de decisão; a trajetória percorrida no Brasil até chegar em Pernambuco; redes migratórias; situação laboral; integração na sociedade brasileira e ligação ao país de origem; satisfação com o projeto migratório e planos futuros. A análise dos resultados associa as anotações decorrentes da observação participante, realizadas sobretudo no momento inicial da pesquisa, das entrevistas e das conversas informais com as venezuelanas.

Neoliberalismo, controle e subjetividade

Segundo Abdelmalek Sayad (1998), todas as características pelas quais o migrante é definido e identificado encontram sua gênese, operacionalidade e justificativa retórica “no estatuto político que é próprio do imigrante enquanto ele não apenas um alógeno, mas, mais de que isso, um “não-nacional” que, a este título, só pode estar excluído do campo político” (SAYAD, 1998, p.58). Na verdade, longe de se limitar a formalidade dos campos político ou jurídico, os efeitos dessa condição retiram do migrante sua própria humanidade e subjetividade, sendo ele constrangido a aceitar as regras e valores das sociedades “acolhedoras”, sem margens para a contestação. A redução da existência do estrangeiro a seu estatuto de não-nacional - legal ou ilegal, imigrante, refugiado ou apátrida - leva, então, à uma condição de não-cidadania.

Refutando as abordagens tradicionais que sustentam esse processo de subalternização, em seu artigo “Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes” (2012), Sandro Mezzadra enxerga nas migrações contemporâneas um terreno fértil para “lançar luz sobre a heterogeneidade constitutiva da composição do trabalho vivo no interior de um capitalismo que apresenta de maneira cada vez mais marcante seu caráter pós-colonial” (Ibid.: 72). Para tanto, o autor adota o princípio de produção de subjetividade no capitalismo como perspectiva metodológica e conceitual, defendendo

uma abordagem “autonomista” das migrações a fim de elucidar a produção conflitiva de subjetividades no fenômeno migratório, comum às demais dinâmicas sociais, políticas e econômicas da era neoliberal.

Nessa acepção, a conformação do sujeito migrante, que decorre do embate entre distintos dispositivos de assujeitamento e uma multiplicidade de práticas de subjetivação, é marcada por uma heterogeneidade que se exprime tanto nos mecanismos de controle, quanto na autonomia dos fluxos e práticas individuais.

Do primeiro ponto de vista, o do controle, o objetivo tipicamente neoliberal de tornar as migrações processos *Just-in-time* e *pontuais* se traduz, na Europa e em escala mundial, em novos esquemas de *gestão dos fluxos migratórios*, que incidem sobre a multiplicação de estatutos jurídicos, sobre a flexibilização dos vistos, sobre a diferenciação dos vistos de permanência. No que diz respeito ao segundo ponto, a produção de novos “espaços sociais transnacionais” e o contínuo atravessamento – por parte dos migrantes – não apenas dos limites tradicionalmente geopolíticos, mas também as linhas de segmentação de raça, gênero e classe (que por sua vez rebatem no dia a dia da experiência migratória), fazendo das migrações um extraordinário laboratório de produção de diferença (...). (MEZZADRA, 2012, p.72, comentários e grifo do autor).

Mais do que uma articulação, a ótica de Mezzadra vem a superar a dicotomia entre os conceitos clássicos sociológicos de agência⁴ e estrutura, a partir do momento em que vai além da polaridade entre uma abordagem economicista das migrações - associada a uma perspectiva da ‘exploração’ - e uma visão mais positiva, que enfatiza os seus efeitos desestabilizadores. Dessa forma, a precariedade dos migrantes deve ser rastreada no âmbito do processo migratório e da experiência, “sempre confrontada com os agenciamentos e ações dos migrantes como sua condição de possibilidade de serem migrantes e como base material de seu poder de contestação” (Ibid.: 76).

Em “Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior” (2003), Stuart Hall questiona: “O que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber e imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento após a diáspora?” (Ibid.: 28). Desprendemos que o que Hall põe em evidência ao se apropriar do conceito de diáspora é que o mesmo pode ser utilizado para analisar as relações identitárias dos sujeitos em deslocamento, tensionadas entre o elo com a terra natal e as novas identidades hibridizadas. É assim que, ampliando o entendimento em torno do contemporâneo, a diáspora afasta-se do sentido literal, ligado

⁴ Entendemos a agência enquanto possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente.

à dispersão forçada de povos e apoiado em uma oposição rígida entre os *insiders* e os *outsiders*, e assume um teor metafórico.

Nessa proposta de reformulação, a identidade se volta para a noção derridiana de *differance*, que não funciona através de “binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (Ibid.: 33). A identidade diz respeito, portanto, a uma situacionalidade e se constitui pelo sentimento de pertença, emergindo do diálogo entre os conceitos e definições culturais - “e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns dos discursos” (HALL, 1997, p.26).

Seguindo a mesma linha, Appadurai constrói uma teoria da ruptura na qual as migrações e os meios de comunicação são os seus dois diacríticos principais e interligados, e que, segundo o autor, têm sido fundamentais para a construção de “uma nova ordem de instabilidade moderna na produção de subjetividades” (APPADURAI, 2004, p.15). Como dito pelo antropólogo, as migrações não são um fenômeno recente, mas, atreladas a rapidez e multiplicidade de formas assumidas pela comunicação eletrônica - que fornecem “recursos para toda a espécie de construção do eu em todo o tipo de sociedade e para todo o tipo de pessoa” (Ibid.: 14) - tais movimentos têm exacerbado o poder transformador da mediatização.

Em contrapartida, enquanto o desenvolvimento das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TICs) e dos meios de transporte aparentam dissolver fronteiras, certos fluxos humanos e materiais continuam foco de políticas restritivas e seletivas. Nas últimas décadas, o avanço das políticas e práticas neoliberais resultaram num aumento das desigualdades e da pobreza, inclusive numa nova lógica de expulsões e dominação, de fabricação de uma “multidão de gente sem parte”, que acaba recorrendo à migração como forma de escapar de uma existência incerta e precária (MBEMBE, 2014; SASSEN, 2016; FIELDMAN-BIANCO, 2018). Como sublinha Mbembe (2014), “para milhões de pessoas como essas, a globalização não representa o tempo infinito da circulação, é o tempo das cidades fortificadas, campos e arames farpados, cercas e enclaves, fronteiras que se interpõem” (Ibid.: 24).

Cabe lembrar que essa lógica de exclusão que descarta lugares e presenças dispensáveis está ancorada tanto numa racionalidade tecnocrática, quanto “na produção

de categorias sociais – cujos componentes jurídicos e morais implicam também em interseccionalidades de raça, gênero, classe” (FELDMAN-BIANCO, 2018, p.13). Ou seja, esse rechaço em massa não revela um cenário puramente econômico e nem ocorre de maneira abstrata, pois se utiliza de critérios qualitativos para “organizar” os deslocamentos. Há, portanto, uma relação intrínseca entre o capitalismo neoliberal, com sua ênfase na flexibilização monetária, trabalhista e na governança tecnocrática, e a constituição de um regime contemporâneo de controle das migrações, que mantém os contornos coloniais presentes em nosso meio.

A partir disso, a migração deve ser entendida enquanto um movimento social próprio: de um lado, não é uma simples resposta às crises, pois aqueles que se dispõem a deixar a terra natal são também movidos pela “esperança de se reiventarem e de criarem raízes noutra lugar” (MBEMBE, 2014, p.24), ao passo em que não se alheia às condições materiais. A migração é, portanto, uma força que age no interior de tais contextos de maneira que os embates, tensões e violências que os atravessam “se reinscrevem na totalidade do processo migratório (bem além da fronteira) e dão forma à experiência subjetiva dos migrantes” (MEZZADRA, 2012, p.91).

“Feminização” das migrações: empoderamento ou precarização?

Em artigo que explora o conceito de feminização das migrações, Roberto Marinucci inicia suas reflexões afirmando que “até hoje, a questão de gênero não suficientemente valorizada na análise das migrações internacionais” (MARINUCCI, 2007, p.5). Segundo o autor, por muito tempo na tradição acadêmica partia-se do pressuposto de que as migrações estivessem relacionadas ao trabalho, e, como a inserção das mulheres no mercado formal ainda era bastante reduzida, às migrantes era relegado um papel secundário. Sendo vistas enquanto meras acompanhantes - filhas, mães, esposas, etc. - ou, eventualmente, mediante a reunião familiar, o único agente ativo da empreitada migratória era o homem, de forma que, para compreendê-la, bastaria olhar para o masculino.

Por diversas razões, tal perspectiva se revelou falha e obsoleta. As conquistas feministas, a mudança do papel social da mulher e o aumento do número de deslocadas tornaram insustentável a redução da migrante uma figura passiva, quando não invisível. Além disso, tornou-se patente que “a migração da mulher, em seus elementos

constitutivos, podia ter características profundamente diferentes da migração do homem, impossibilitando, assim, análises e avaliações genéricas e neutras quanto à questão de gênero” (Ibid.: 5). A partir daí, a expressão “feminização das migrações” ganha amplitude e passa a designar as transformações que envolvem as mulheres no fenômeno migratório.

Destrinchando brevemente, costuma-se atrelar três fenômenos distintos ao conceito de feminização: o aumento quantitativo das mulheres migrantes, a mudança do perfil e a maior visibilidade do universo feminino no âmbito migratório. Em relação à primeira questão, percebe-se que, mais do que um aumento progressivo do número de mulheres que se deslocam nas últimas décadas, em diversas regiões do mundo, como Europa, América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania, elas já representam a maior parte dos migrantes. Mas, afinal, o que estaria levando a uma participação tão expressiva das mulheres nos fluxos de mobilidade internacional?

Essa é uma pergunta que não tem resposta única, mas que pode ser relacionada tanto às mudanças nas relações patriarcais - e, nesse sentido, uma maior autonomia feminina teria influência na formulação de projetos pessoais e profissionais que envolvem a migração - , quanto a feminização da pobreza, ligada ao avanço do neoliberalismo. As mulheres têm arcado com um custo desproporcional pela deterioração das condições de vida, entre outros motivos, por se colocarem no caminho da destruição da natureza e dos vínculos comunitários ao desafiarem as hierarquias nas quais o capital prospera. De acordo com Federici, isso se dá através do apoio majoritariamente feminino ao uso não predatório dos recursos naturais e da agricultura, bem como pela luta por condições trabalhistas mais justas, o que contribuiu “para ‘valorizar’ o trabalho dos filhos e da comunidade” (FEDERICI, 2019, p.184).

A globalização tem por intuito dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais. Para isso, ela precisa expropriar os trabalhadores de qualquer meio de subsistência que lhes permita resistir a uma exploração mais intensa. Como tal, a globalização não pode triunfar a menos que execute um ataque sistemático às condições materiais da reprodução social e sobre os principais sujeitos desse trabalho, que, na maioria dos países, é composta por mulheres. (FEDERICI, 2019, p.183).

Uma segunda acepção da feminização das migrações diz respeito à mudança no perfil da migrante. Nessa perspectiva, ela estaria assumindo um papel de protagonismo, incentivada por razões socioeconômicas, mudanças trabalhistas, bem como por

transformações ou procura de transformações nas relações de gênero (MARINUCCI, 2007, p.9). O fato é que se no passado, mães, filhas ou irmãs costumavam acompanhar ou se reunir com os homens que migravam para o exterior, hoje é cada vez maior o quantitativo de mulheres com um projeto migratório individual. Porém mais frequentes são também os casos de mulheres que, embora migrem sozinhas, constituem-se enquanto as principais provedoras da renda familiar (Ibid.: 7), devendo garantir não só o próprio sustento, como o dos parentes à distância através do envio de remessas.

A incorporação no espaço produtivo, entretanto, não elimina a responsabilidade em relação ao reprodutivo. Sobretudo nas migrações Sul-Norte, as migrantes acabam assumindo as atividades domésticas outrora atribuídas às mulheres autóctones, cuja emancipação se dá precisamente às custas dessa outra mão de obra feminina, em geral barata e precarizada. Ao passo em que muitas vezes necessitam abdicar do direito de cuidar dos próprios filhos, tarefa delegada às demais mulheres da família, como tias e avós, as migrantes adentram nas cadeias de cuidado das sociedades “acolhedoras”, fazendo emergir o fenômeno que alguns descrevem como “maternagem global” e “cuidado global” (FEDERICI, 2019, p.187).

Por fim, a terceira leitura do conceito de feminização está atrelada a maior visibilidade do fenômeno, que se relaciona com a maior visibilidade da figura feminina no contexto contemporâneo e é motivada pela introdução do enfoque de gênero na academia e na análise dos fluxos migratórios. Assim, a expressão diz respeito a um novo olhar epistemológico, no qual os deslocamentos populacionais devem ser vistos à luz da categoria de gênero, aliada aos demais demarcadores sociais como raça, classe, status migratório, idade, sexualidade, etc. Em suma, as três denotações da feminização não se excluem e sim estão interrelacionadas, abarcando a crescente participação das mulheres nos fluxos, seu papel protagônico - em termos financeiros, políticos e sociais -, além do maior destaque que tem recebido dentro e fora da academia.

Uma questão que se coloca com frequência é se a participação das mulheres nas migrações seria uma ferramenta de empoderamento ou apenas uma nova forma de submissão (MARINUCCI, 2007, p.10). Como toda dinâmica imersa nas relações de poder, a mobilidade parece ter efeitos e características ambivalentes: ao passo em que seus atores são sujeitos autônomos, com capacidade de escolha e ação, também não se desvinculam das assimetrias sociais. Para a mulher, a migração traduz uma possibilidade de resiliência, na qual o ato de migrar é um mecanismo de busca pela

sobrevivência e por vezes de mudança nas relações familiares e nos papéis tradicionais de gênero. A decisão de migrar, entretanto, envolve múltiplos riscos, devido aos desafios de adaptação e inserção no novo país.

Notadamente, as dimensões de vulnerabilidade, e, por extensão, de precarização, discriminação e pobreza, acompanham as de autonomia quando falamos das migrações sob um recorte de gênero, demonstrando a complexidade que essas dinâmicas impõem, inclusive quando refletimos sobre as contradições vivenciadas. Isto é, se de um lado a empreitada migratória expõe os sujeitos em deslocamento a situações de custo material, emocional e sofrimento psíquico, adicionando uma camada de subjugação a mais no caso dos mais vulneráveis, como são as mulheres, ela também carrega consigo a chance – ou pelo menos promessa - de emancipação, realização de sonhos e melhoria de vida.

As expectativas e os planos refeitos: a marca do provisório

Como poderá ser visto a seguir, as histórias das entrevistadas são diversas, porém guardam alguns pontos de confluência (ver Quadro 01). Todas elas são mulheres cisgênero adultas, mães, com documentação migratória regularizada, vindas da porção centro-oriental da Venezuela e atravessaram a fronteira em direção a Roraima no período de 2017 a 2019 por vias terrestres, em geral de ônibus, carros compartilhados ou carona. Dentre elas, três são casadas - uma quarta também era porém acabou se separando do companheiro quando já vivia no Brasil - e duas possuem diploma de nível superior, embora ainda não tenham conseguido realizar o processo de revalidação.

Quadro 01 - Perfil das interlocutoras

Nome	Idade	Local de origem	Ano de imigração	Filhos	Estado civil
Entrevistada 01	24	El Tigre (Estado Anzoátegui)	2017	1	Casada
Entrevistada 02	37	San José de Guanipa (Estado Anzoátegui)	2019	3	Solteira
Entrevistada 03	41	Charallave (Estado Miranda)	2017	2	Casada
Entrevistada 04	32	Ciudad Guayana (Estado Bolívar)	2018	1	Casada

Entrevistada 05	28	Puerto la Cruz (Estado Anzoátegui)	2018	2	Solteira
--------------------	----	---------------------------------------	------	---	----------

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Mesmo identificando o caráter compulsório do ato migratório, no qual o esfacelamento da vida social, econômica e política no país natal foi o que motivou a tomada de decisão, de igual todas elas atribuíram também um valor subjetivo ao deslocamento. Com efeito, enxergaram nele um meio de realização, mudança e recomeço, uma oportunidade de deixar para trás a crise e as dificuldades em busca de novas conquistas e possibilidades. Ou como disse uma das interlocutoras, uma chance de “conseguir coisas próprias, porque a ideia não é voltar para a Venezuela sem ter nada, sem garantir nada. Minha ideia é realmente estar aqui e conseguir melhorar de verdade, ter geração de renda de verdade”.

Além da melhoria individual, outra razão que justifica a migração e atravessa os relatos das interlocutoras é o desejo de ajudar os familiares que ficaram na Venezuela. Apesar das dificuldades financeiras que todas elas enfrentam, estando a maioria fora do mercado formal de trabalho e tendo que lidar com o alto custo de vida brasileiro, o envio de remessas aparece como atividade corriqueira em suas vidas. De acordo com as informações colhidas nos relatos, tal dinheiro - em geral destinado a parentes idosos, como mães, pais e tios, e, no caso de uma das entrevistadas, para a sua filha - serve para comprar alimentos, remédios e insumos ou ter acesso a serviços de saúde particular.

Um dos aspectos que distingue bastante a experiência da entrevistada 3 das demais foi o modo em que a migração de sua família se deu dentro do Brasil, pois, ao contrário do restante do grupo, a venezuelana não chegou a viver por um período em Roraima. No caso dela, a decisão de vir para o país esteve diretamente atrelada ao fato de seu esposo ser brasileiro e possuir família no Rio Grande do Sul, lugar que a princípio era o seu destino final. Já as demais cruzaram a fronteira sem planos e redes sociais prévias, resolvendo, depois, fazer uma nova travessia dentro do território devido ao cenário de dificuldades e xenofobia que encontraram em Boa Vista, deslocamento este propiciado pela interiorização da Operação Acolhida.

Antes de receberem e acatarem a proposta, parte das migrantes chegou a viver na rua até conseguir vaga em algum abrigo da capital roraimense. A situação, nesses casos, torna-se ainda mais sensível porque expõe as migrantes a situações de violência física, sexual, fome, mendicância, etc. Mesmo quando estavam nos alojamentos,

diversos conflitos aconteceram, fosse eles internos ou externos. A entrevistada 02, por exemplo, acabou sendo expulsa por conta de um desentendimento ocorrido entre o diretor do abrigo e um de seus filhos, que tinha Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Já o local onde a entrevistada 05 estava abrigada foi alvo de apedrejamento e ameaças de incêndio por parte de brasileiros em certa ocasião.

A migração para Pernambuco é marcada por ambivalências e contradições, porém, assim como o deslocamento anterior, carregava uma expectativa de recomeço. No caso das interiorizadas, a própria Operação Acolhida coloca a redistribuição dos venezuelanos por outros estados como “a principal estratégia” para a sua inclusão socioeconômica⁵. É feita, portanto, a promessa de que no novo local de moradia haveria mais oportunidades disponíveis, o que foi decisivo para que as migrantes acatassem ir para onde desconheciam. Como coloca a entrevistada 04, “antes eu nem sabia que existia um estado chamado Pernambuco. Porque quando se fala de Brasil a gente conhece Rio, São Paulo... são os nomes que se lembra. Mas Pernambuco, jamais”.

É interessante notar como a Operação atua enquanto um mecanismo de gestão do fluxo venezuelano no Brasil, encarado como um problema a ser resolvido mediante as etapas de ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Ao submeter a população a suas estratégias de governança, a política retira parte da autonomia, liberdade e privacidade do migrante desde as exigências de documentação nos postos fronteiriços, passando pelos “toques de recolher” e as barracas compartilhadas dos abrigos até a delegação do destino daqueles que serão interiorizados “voluntariamente”. A arbitrariedade com que se dá o último processo, em especial, é nítida na fala da entrevistada 05 quando relata: “não escolhi esse estado, ninguém tem que escolher nada. Eles informam e se você quer, viaja; se não, desiste”. O querer, no caso dela, é ainda deslocado para terceiros, pois foi cumprindo “a vontade de Deus” que a venezuelana diz ter acatado a interiorização. Ainda assim, ela permanece no estado com o intuito de conseguir um emprego fixo e “fazer um curso, crescer como pessoa”.

A dimensão do imaginário - algo que, conforme Appadurai (2004, p.17) argumenta, é decisivo para a mudança de lugar, como memória e como desejo - também aparece com força no relato da entrevistada 03. Isso porque, prestes a completar um ano vivendo no extremo sul, a venezuelana não se sentia adaptada nem ao clima, nem aos costumes locais. Estimulada pelos relatos de dois amigos conterrâneos que estavam

⁵ Disponível em <<https://www.gov.br/acolhida/historico/>>. Acesso em 13/04/2021.

morando em Pernambuco, ela resolveu viajar com as filhas pequenas, a princípio apenas “para fugir do inverno”. Chegando ao estado, as similaridades com a terra natal foram imperativas para que ela resolvesse se fixar no Nordeste, numa tentativa de resgate ao que havia deixado para trás. “Depois de chegar aqui tudo foi mais fácil para mim porque as características são bem parecidas. Culinária, clima, a vista... Ter o mar perto é também, para mim, muito importante. Aqui me adaptei bem”, relata.

O processo de inserção é um ponto nevrálgico para compreender como o agenciamento se inscreve nas dinâmicas de sujeição e exploração das migrantes, o que pode ser visto através das relações produtivas e reprodutivas. De fato, todas as interlocutoras citaram situações de precarização e sobrecarga com o trabalho doméstico - ambas intensificadas pela discriminação e pela falta de redes de apoio que circundam as migrantes -, o que resulta num quadro de vulnerabilização. Uma delas, por exemplo, acabou saindo do único emprego formal que conseguiu no Brasil porque a empresa a obrigava a trabalhar horas extras sem pagar o adicional. De acordo com a venezuelana, o contratante se aproveitava abertamente da situação de necessidade dela e de outros conterrâneos: “você não podia falar nada porque tudo para eles é ‘você precisa, você estava passando fome na Venezuela e a sua família ainda está necessitada”.

Mesmo no caso da interlocutora que não passou por acolhimento institucional e possuía uma condição econômica melhor do que as demais, os desafios para atingir um padrão mínimo de vida revelam como os migrantes se encontram numa situação de equilíbrio delicado, especialmente nos primeiros anos morando no exterior. “A verdade é que você sai de lá com uma crise e você não deixa a crise lá, a crise acompanha você. Porque empobrece, do ponto de vista econômico. Então chegamos aqui há mais de um ano e ainda precisamos de muito dinheiro da família (de seu esposo)”, comenta. É dessa forma que o imperativo de “vencer na vida” se traduz numa lógica em que, como bem colocou a venezuelana, “o trabalho não pode parar”, misturando as fronteiras do lar com as do ambiente de trabalho, do lazer e do cuidado familiar com o ofício para a maioria dos migrantes, alocados no setor informal, e, sobretudo, para as mulheres.

Considerações finais

O artigo discutiu como as experiências de deslocamento de migrantes venezuelanas que hoje vivem no Brasil revelam uma complexidade que se exprime tanto nos mecanismos de controle, exploração e assujeitamento, quanto em sua

autonomia e práticas individuais. O objetivo era propor uma leitura crítica e qualitativa do fenômeno, atentando para os conflitos e contradições que se inscrevem na totalidade do processo migratório e também na subjetividade e nas experiências das migrantes. Para tanto, assumimos uma abordagem “autonomista” das migrações, conforme defendido por Mezzadra (2012), problematizando ainda a dialética do empoderamento e da precarização dentro da feminização migratória.

Nesse sentido, independentemente da conformação que assumem, se forçadas ou espontâneas, as migrações carregam uma expectativa, uma busca por recomeço, oportunidades de trabalho e estudo, riquezas, mudanças e experiências. Mesmo tendo sido levadas a migrar por um contexto de absoluta precariedade, as venezuelanas criam narrativas marcadas não só pelos desafios que se impõem, mas também pelo desejo e pela superação. Elas se colocam enquanto protagonistas de suas histórias, entretanto, as condições para realização de seus planos não se desvinculam das discriminações de gênero, raça, classe e nacionalidade, repaginadas na lógica de exploração neoliberal.

As migrantes venezuelanas formam, em sua maioria, um grupo social extremamente vulnerável. A falta de moradia digna, de oportunidades de trabalho formal e bem remunerado, a violência, as dificuldades de acesso à justiça, à saúde e à educação, dentre outros fatores, podem gerar uma condição de precariedade permanente se políticas públicas de inserção adequadas não forem construídas. Porém, numa realidade de flexibilização das relações de trabalho e enxugamento das políticas sociais e de assistência do Estado, o que se empurra aos indivíduos de todas as classes - estrangeiros ou nacionais - é o dever travestido de direito e liberdade em trabalhar por conta própria, explorar e chefiar a si mesmo sem qualquer tipo de contrapartida.

Em “O nascimento da biopolítica”, diz Foucault que a “migração é um investimento, o migrante é um investidor. É um empresário de si mesmo que faz algumas despesas de investimento para obter um certo melhoramento” (2010, p.291 apud ZANFORLIN, 2019, p.5). A partir dessa provocação, cabe levantar alguns questionamentos: em que medida as alternativas encontradas pelas venezuelanas são práticas autônomas, fruto do desejo de melhorar de vida? Até que ponto as expectativas e histórias de vida dessas migrantes não se aglutinam ao discurso meritocrático vigente em nossa sociedade e são mobilizadas com fins de exploração? De que forma a narrativa de engrandecimento pessoal não é também uma resposta ao senso comum que as enxerga como “estorvos”, como dito por uma das interlocutoras?

Acreditamos que apenas um olhar para a ambivalência dessas práticas subjetivas é capaz de ressaltar de que forma as tensões do neoliberalismo emergem na corporeidade dos migrantes. Pois, como evidencia Mezzadra (2012, p.79), “não poderia existir capitalismo sem migrações, pode-se dizer, num regime que ao mesmo tempo controla ou domestica a mobilidade do trabalho por meio de estratégias que acabam constituindo as próprias relações de classe e capital”. Lembremos que o lugar de vulnerabilidade em que as migrantes são colocadas é de grande valia para o sistema, pois, sem atenção e inserção específicas, mulheres qualificadas, com experiências distintas de trabalho constituídas em suas origens, têm de se submeter à exploração de sua força de trabalho produtiva e reprodutiva a fim de garantir a sobrevivência.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Parábola, 2004.
- BLANCO, Cristina. **Migraciones**: Nuevas movilidades en un mundo en movimiento. Barcelona: Anthropos, 2006.
- FEDERECI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.
- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, v. 22, n. 2, jul./dez 1997.
- _____. **Pensando a diáspora**: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, L. (Org.). Da diáspora: Identity and cultural mediations. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 25-50.
- MARINUCCI, Roberto. **Feminização das migrações?** REMHU, v.15, n.29, 2007, p. 5-22.
- MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África Descolonizada. Luanda: Edições Mulemba, 2014.
- MEZZADRA, Sandro. **Multidão e Migrações**: a autonomia dos migrantes. Rio de Janeiro: Revista Eco-Pós, n.15, 2012.
- NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais**: conceitos, tipologia e teorias. Oficina do CES n.434. Coimbra: CES, 2016.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- ZANFORLIN, Sofia; AMARAL, Renata. **Empreendedorismo para migrantes**: relações entre gastronomia, consumo cultural e economia criativa. E-compós, v. 22, n.1, 2019.